Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social

Edição Especial: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

Catálogo de Práticas e Entrevistadores Finalistas

Edição 2016

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social

Edição Especial: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

Catálogo de **Práticas e Entrevistadores Finalistas**

Edição 2016

Todos os direitos reservados.
© 2016 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a Fonte.

Esta é uma publicação técnica da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
Catálogo de Práticas e Entrevistadores Finalistas: Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social: Edição Especial - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
80 p. : il.

1. Assistência social, Brasil. 2. Projetos premiados, assistência social, Brasil. 3. Política social, Brasil. 4. Programa social, Brasil. 5. Cadastro Único. 6. Programas de transferência de renda, Brasil. 7. Programa Bolsa Família.

CDU 364(81)(036)

www.mds.gov.br
Fale com o MDSA: 0800 707-2003

Sumário

Apresentação 5

O que é o prêmio e suas categorias 7

Processo de seleção e premiação 9

Balanço da participação de estados, municípios e entrevistadores 12

Cadastro Único 13

Boas Práticas na gestão do Cadastro Único de governos estaduais

1. Visibilidade às Famílias Pertencentes aos Grupos Tradicionais e Específicos em Alagoas – Conhecer para Garantir Direitos 19

2. Projeto de Apoio Técnico Integrado – PROATEI 23

3. Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR) 27

Boas Práticas na gestão do Cadastro Único de governos municipais e do Distrito Federal

4. Campanha de Divulgação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal 33

5. Acolhida Carinhosa 37

6. CAS – Centro de Atendimento Social 41

7. Criação e Vinculação de Benefícios Sociais do Município ao Cadastro Único 45

8. Projeto Mãos Dadas 49

9. Casa do Trabalhador e Programa Municipal de Qualificação Profissional – Qualifica Porto 53

10. Atualização Cadastral das Pessoas em Situação de Rua Pela via da Política de Segurança Alimentar e Nutricional – Uma Estratégia de Inclusão Social e Garantia de Direitos 57

11. Não Nego Minha Raça – CadQuilombola 61

12. Equipe Itinerante: 28 de Maio no Território das Águas 65

Entrevistador Destaque do Cadastro Único de governos municipais ou do Distrito Federal

Daniel Dias
Monte Carmelo - MG 73

Evailson Santos
Boa Vista do Tupim - BA 74

Lucélia Araújo
Várzea - PB 75

Marllown Barbosa
João Pessoa - PB 76

Regina Rocha
São Paulo - SP 77

Apresentação

Na sua terceira edição, o **Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social** homenageia os **15 anos do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**, ferramenta que facilita a inclusão das famílias de baixa renda em diversos programas sociais. O cadastro reúne hoje informações de mais de **27 milhões de famílias**, o que representa mais de um terço da população brasileira.

O reconhecimento de práticas bem-sucedidas e inovadoras na gestão do Cadastro Único nos estados, nos municípios e no Distrito Federal é de extrema importância para que essas experiências se consolidem, ganhem visibilidade e possam inspirar iniciativas semelhantes em

outras regiões do país, ajudando a mudar a realidade de milhares de famílias. Da mesma forma, merece especial destaque o trabalho realizado pelos entrevistadores do Cadastro Único, que contarão pela primeira vez com premiação específica.

Responsável pela gestão do Cadastro Único em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) está dedicando esforços para que a ferramenta seja ainda mais eficiente. Um processo de aprimoramento dos mecanismos de controle já teve início, a fim de tornar o cadastro cada vez mais preciso e qualificado.

O objetivo é garantir que as políticas públicas sejam destinadas a quem realmente precisa, possibilitando a redução efetiva da pobreza no país. Assim, o MDSA reforça o seu compromisso com um Cadastro Único fortalecido, completo e qualificado, em consonância com o desenvolvimento social do país.

Osmar Terra
Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário

O que é o prêmio e suas categorias

O **Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social - Edição Especial: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal** tem por objetivo identificar e premiar práticas bem-sucedidas e inovadoras na gestão do Cadastro Único nos municípios, nos estados e no Distrito Federal, a fim de divulgá-las para que possam inspirar outros entes federados a aperfeiçoar a gestão do Cadastro Único. Esta edição do prêmio busca ainda ressaltar a importância dos **Entrevistadores do Cadastro Único**, com uma premiação especialmente dedicada aos profissionais que se destacam nessa categoria.

O prêmio divide-se em três modalidades:

I. **Boas Práticas** na gestão do Cadastro Único de governos municipais e do Distrito Federal;
II. **Boas Práticas** na gestão do Cadastro Único de governos estaduais; e
III. **Entrevistador Destaque** do Cadastro Único de governos municipais ou do Distrito Federal.

As modalidades I e II se subdividem em três categorias:

I. Estratégias de qualificação e fortalecimento do Cadastro Único;
II. Uso do Cadastro Único para desenvolvimento de políticas públicas; e
III. Cadastro Único e diversidade social.

Processo de seleção e premiação

O processo de seleção das 12 práticas finalistas envolveu técnicos do MDSA, sendo realizado por meio das seguintes etapas:

1. **Validação**: conferência dos requisitos obrigatórios para participação no prêmio. Foram validadas as práticas que atenderam aos seguintes critérios:

    - Inscrição dentro do prazo previsto nos editais de abertura e prorrogação (19 de julho a 12 de setembro), por meio do preenchimento de formulário eletrônico disponibilizado na internet;
    - Possuir mais de 6 (seis) meses completos de execução ou, se finalizadas, que não tivessem sido encerradas há mais de 2 (dois) anos a contar da data de publicação do edital MDSA nº 1/2016;
    - Inscrição em apenas 1 (uma) modalidade ou categoria;
    - Não ter sido premiada em outros prêmios e concursos promovidos pelo MDSA;

- O responsável pela prática, bem como a pessoa designada para prestar informações, não fossem candidatos ao pleito eleitoral de 2016; e
- Não contivessem propaganda político-partidária, ofensas, termos de baixo calão, preconceito de qualquer tipo, incitação à violência ou qualquer outro conteúdo que pudesse causar constrangimento a qualquer pessoa.

2. **Avaliação**: por meio do ambiente de avaliação, no site do MDSA, a equipe de avaliadores teve acesso às práticas válidas. Cada prática foi atribuída aleatoriamente a uma dupla de avaliadores, no caso de práticas municipais e do DF, e a um trio de avaliadores, no caso de práticas estaduais. A pontuação final refletiu a média das notas de cada avaliador.

3. **Recursos**: entre os dias 3 e 7 de outubro foi aberto prazo para interposição de recursos quanto às práticas finalistas. Para o conjunto de práticas cujos gestores solicitaram recursos foi realizada uma terceira avaliação, por técnico diferente daqueles que avaliaram a prática anteriormente. Para esses casos, foi calculada a média entre as avaliações.

4. **Visita Técnica**: após a identificação das 12 práticas finalistas (nove de municípios e três de estados) melhor pontuadas na primeira fase de avaliação, duplas de avaliadores foram designadas para realização de visitas técnicas. Nessa oportunidade, foram checadas as informações nos locais de desenvolvimento das práticas contidas nas fichas de inscrição e aprofundado o conhecimento sobre as práticas, de maneira a melhor subsidiar a decisão da Comissão Julgadora.

5. **Seleção dos Vencedores**: a Comissão Julgadora, constituída pelos secretários adjuntos das secretarias do MDSA, pelo presidente do CNAS e por um representante do Fonseas e um representante do Congemas, selecionou as quatro práticas vencedoras, uma de cada categoria na modalidade destinada a municípios e ao DF e uma na modalidade destinada aos estados.

O processo de seleção do(a) Entrevistador(a) Destaque do Cadastro Único foi realizado por meio das seguintes etapas:

1. **Validação**: conferência dos requisitos obrigatórios para participação no prêmio. Foram validadas as candidaturas que atenderam aos seguintes critérios:

    - Inscrição realizada dentro do prazo previsto nos editais de abertura e prorrogação (19 de julho a 12 de setembro), por meio do preenchimento de formulário eletrônico disponibilizado na internet;
    - Candidato devidamente cadastrado(a) como entrevistador(a) no Sistema de Cadastro Único;
    - Inscrição sem palavras ou expressões relacionadas à propaganda político-partidária, ofensas, termos de baixo calão, preconceito de qualquer tipo, incitação à violência ou qualquer outro conteúdo que possa causar constrangimento a qualquer pessoa; e
    - Entrevistador não fosse candidato ao pleito eleitoral de 2016.

2. **Votação**: entre os dias 22 de setembro e 14 de outubro, foi disponibilizado no site do MDSA um ambiente de votação, aberto à participação de qualquer pessoa com CPF válido. Para escolher entre os candidatos, as pessoas tiveram acesso aos textos de

motivação escritos por cada entrevistador, no qual expunham as razões para serem eleitos como finalistas a essa modalidade. Os cinco candidatos vencedores formaram o grupo de finalistas.

3. **Visita Técnica**: após a identificação dos cinco finalistas, duplas de avaliadores foram designadas para realização de visitas técnicas aos entrevistadores. Nessa oportunidade, foram checadas as informações contidas nas fichas de inscrição e aprofundado o conhecimento sobre o cotidiano dos entrevistadores no desempenho de sua função.

4. **Seleção dos Vencedores**: a Comissão Julgadora selecionou o Entrevistador Destaque do Cadastro Único dentre os cinco finalistas.

Balanço da participação de estados, municípios e entrevistadores

Foram inscritas **150 práticas** de todo o país, sendo **141 de municípios** e **9 de estados**. Dessas, foram consideradas válidas as inscrições de **122 práticas** municipais e de **8 práticas** estaduais, totalizando **130 práticas** validadas. Na modalidade Entrevistador Destaque, foram inscritos **189 entrevistadores** e validadas **187 inscrições**. A votação popular para eleição dos(as) cinco entrevistadores(as) finalistas contou com um total de **31.813 votos**.

Cadastro Único

Conhecer para incluir

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) completa 15 anos consolidando-se como o maior instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. Voltado para famílias com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo per capita ou renda familiar mensal de até três salários mínimos, suas informações contribuem para a formulação e a implantação de políticas públicas focalizadas e eficazes, com resultados efetivos quanto à melhoria de vida dessas famílias.

Nos formulários do Cadastro Único, são coletadas informações sobre endereço, condições de moradia, composição familiar e despesas da família, bem como informações individuais de cada membro da unidade familiar, como documentação, escolaridade, deficiência e renda, espelhando as dimensões da pobreza e as vulnerabilidades socioeconômicas da população cadastrada.

Sua gestão é realizada de forma compartilhada e descentralizada. Compete ao governo federal a coordenação nacional e a regulamentação do Cadastro Único. Os estados têm a atribuição de assessorar os municípios, oferecer capacitações aos técnicos e gestores municipais, apoiar as ações de acesso da população de baixa renda à documentação civil e as ações de cadastramento de grupos populacionais tradicionais e específicos. As gestões municipais são responsáveis por identificar as famílias mais vulneráveis em seu território, realizar as entrevistas de inclusão e atualização cadastral e incluir os dados dessas famílias no Sistema de Cadastro Único, dentre outras ações.

Nesse modelo, os municípios possuem autonomia para organizar seus processos de cadastramento, considerando uma série de fatores, como sua capacidade institucional, os recursos financeiros e humanos disponíveis, o engajamento dos atores responsáveis, além de outros aspectos que determinam a constituição e a organização do aparato necessário para a operação e gestão do Cadastro Único.

Ao todo, as equipes municipais do Cadastro Único, constituídas por cerca de 32 mil entrevistadores, mais de 10 mil operadores, além de outros profissionais, realizam cerca de 1,5 milhão de atualizações cadastrais por mês, e distribuem-se em mais de 9 mil postos de atendimento, sendo cerca de 5 mil Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Os resultados desse esforço federativo é uma base de dados qualificada que abrange 27,5 milhões de famílias cadastradas, o que corresponde a mais de 81 milhões de pessoas, segundo dados de agosto de 2016. Um dado que reflete a qualidade do Cadastro Único é que, do to-

tal de famílias inscritas, 18,6 milhões estão com cadastros atualizados no Cadastro Único, ou seja, atualizaram suas informações há dois anos ou menos.

A partir da focalização do Cadastro Único e da qualidade dos seus dados, diversos programas sociais de expressão nacional selecionam seus beneficiários utilizando essa base de dados cadastrais. Políticas públicas, como o Bolsa Família – programa de transferência de renda condicionada reconhecido nacional e internacionalmente – , a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Programa Minha Casa Minha Vida, a Carteira do Idoso, dentre tantas outras políticas federais, estaduais e municipais, se referenciam no Cadastro Único.

Dessa forma, provendo um diagnóstico das características e, portanto, das demandas das famílias pobres, o Cadastro Único se fortaleceu ao longo dos últimos anos e tornou-se uma ferramenta indispensável para o planejamento e a implantação das estratégias de superação da pobreza em todo o país. Marcos históricos, como a saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), e a consolidação de um leque conciso de programas sociais, transcorreram a partir das informações do Cadastro Único.

E é em função dessa trajetória e da qualidade do Cadastro Único, que foi idealizada a atual edição do Prêmio Rosani Cunha, de maneira a reconhecer e premiar os esforços dos estados, dos municípios e dos trabalhadores do Cadastro Único.

Práticas Finalistas

Edição 2016

Boas Práticas na gestão do Cadastro Único de governos estaduais

Estado de Alagoas

Cadastro Único e diversidade social

Responsável:
Maria José Cardoso

Grupo de dança das meninas do Quilombo Abobreira – Teotônio Vilela (AL)

Visibilidade às Famílias Pertencentes aos Grupos Tradicionais e Específicos em Alagoas – Conhecer para Garantir Direitos

A prática visa sensibilizar os gestores estaduais e municipais quanto à existência de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) nos seus respectivos territórios. Tal sensibilização ressalta as características específicas de cada grupo, destacando aqueles que necessitam do apoio do poder público. Outro objetivo é intervir diretamente junto à população, esclarecendo

as famílias pertencentes aos GPTEs sobre seus direitos, para que busquem, junto aos gestores locais, sua inserção no Cadastro Único e possam ter acesso a diferentes políticas públicas, como Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Cisternas, Seguro Defeso, entre outros.

A prática teve início em 2007, com foco no atendimento das famílias indígenas e quilombolas. Em parceria com a Gerência Quilombolas e Indígenas do estado de Alagoas foi possível elaborar estimativas de famílias desses dois grupos por município, o que subsidiou o planejamento das atividades do Dia D de Cadastramento das Famílias Indígenas. A partir de 2010 outros GPTEs ganharam destaque em uma série de atividades desenvolvidas pela Gestão Estadual do Cadastro Único e Programa Bolsa Família junto aos municípios. Atualmente, Alagoas possui 58.648 famílias dos 16 GPTEs devidamente identificadas no Cadastro Único.

Entre as atividades desenvolvidas, está a realização de capacitações dos gestores dos 102 municípios alagoa-

Assentamento José Elenilson, município de Teotônio Vilela (AL)

Cadastramento em posto de atendimento – CRAS de Teotônio Vilela (AL)

nos sobre especificidades no atendimento e cadastramento dos GPTEs. Também são realizadas ações de capacitação de entrevistadores com incentivo à marcação referente aos GPTEs nos formulários de cadastramento, monitoramento e assessoria continuada aos municípios e a promoção da articulação com outras políticas públicas, incentivando o uso do Cadastro Único para identificação e concessão de benefícios a essas populações.

Foram estabelecidas ainda parcerias com a Eletrobras, a fim de aumentar o número de famílias que integram a Tarifa Social de Energia Elétrica, e com o Banco do Nordeste (BNB), visando ofertar o Programa Microcrédito Orientado às famílias. Todas as atividades realizadas são custeadas com os recursos financeiros do Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGD-E).

Estado do Pará

Estratégias de qualificação e fortalecimento do Cadastro Único

Responsável:
Nazaré do Socorro da Silva Charchar

Reunião entre técnicos e gestores do estado do Pará em Belém (PA)

Projeto de Apoio Técnico Integrado – PROATEI

Implementada em 2012, a prática surgiu como uma estratégia da equipe de Gestão do Cadastro Único do Estado do Pará para prestar apoio técnico e capacitar os gestores e técnicos municipais do Cadastro Único, envolvendo ainda os profissionais de áreas afins, como assistência social, trabalho, emprego, renda, educação e saúde.

A prática prevê o nivelamento e a instrução da equipe estadual, que fica responsável por ofertar orientações técnicas continuadas, in loco, aos municípios que pos-

suem baixos indicadores de gestão do Cadastro Único. As ações buscam promover a integração e o empoderamento das equipes locais para enfrentamento das dificuldades identificadas nos municípios.

São temas prioritários da assessoria técnica: o fortalecimento de ações de busca ativa, diálogos sobre acessibilidade, boa acolhida, busca da excelência no atendimento e maior divulgação das ações municipais em torno da gestão do Cadastro Único. Compõe o rol de atividades a realização de reuniões ampliadas, com a participação dos Conselhos Municipais de Assistência Social e dos gestores municipais. Deste modo, as providências e encaminhamentos são pactuados em formato de planos, com metas discutidas de forma participativa, segundo as competências e demandas identificadas.

O recurso para a operacionalização do projeto tem origem no Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGD-E), que custeia diárias e passagens para deslocamento das equipes, aquisição de equipamentos de in-

Cadastramento no posto de atendimento de Capitão Poço (PA)

Visita técnica da equipe estadual ao município de Nova Esperança do Piriá (PA)

formática e compra e locação de veículos para suporte das atividades, entre outros.

Após a implantação do PROATEI, foram observadas melhorias significativas em diferentes aspectos da gestão do Cadastro Único. Os municípios investiram nas estruturas físicas e em materiais, além de promover a adequação das equipes do Cadastro Único. Verificou-se ainda a qualificação da operacionalização do Cadastro Único, por meio da ampliação da participação dos profissionais de nível superior, e o fortalecimento do processo de atualização cadastral, com atenção especial ao planejamento das gestões municipais para a realização das ações anuais de revisão cadastral. Destaca-se, ainda, o fortalecimento da atuação intersetorial com maior envolvimento das áreas de saúde e educação no planejamento conjunto em nível municipal, estadual e federal.

Estado do Paraná

Uso do Cadastro Único para desenvolvimento de políticas públicas

Responsáveis:
Odelita Herbst Milanese
Josiane Alves de Oliveira Nogueira

Técnicos estaduais analisam o IVFPR, que tem o Cadastro Único como fonte de dados

Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR)

A prática é um indicador multidimensional criado em 2011 para operacionalizar o Programa Família Paranaense, estratégia intersetorial do estado do Paraná para acompanhamento de famílias em situação de alta vulnerabilidade social. O Cadastro Único é a fonte de dados para a mensuração do IVFPR, fornecendo informações sobre 19 indicadores, distribuídos em quatro dimensões: a) adequação do domicílio; b) perfil e composição familiar; c) acesso ao trabalho e à renda e d) condições de escolaridade.

Reunião entre técnicos e gestores do estado do Paraná

Conjuntamente, o IVFPR e o Programa Família Paranaense impulsionaram a formulação de um Sistema de Acompanhamento Familiar nos municípios do estado, que propicia a realização de procedimentos, como avaliações mensais do preenchimento do Cadastro Único e divulgação integrada de informações para outras políticas públicas. Os dados são apresentados no sistema de maneira hierarquizada, listando as famílias em ordem decrescente de vulnerabilidade (das famílias mais vulneráveis até as menos vulneráveis), possibilitando a seleção e acompanhamento de suas necessidades, a avaliação de médias e percentis para tomada de decisões e o acompanhamento tanto do Cadastro Único quanto de outras políticas usuárias.

O IVFPR também vem sendo amplamente utilizado pelo governo do estado do Paraná para desenvolvimento de estudos visando à identificação de ações a serem priorizadas na distribuição de recursos aos municípios paranaenses, bem como para a construção ou regionalização de equipamentos de Assistência Social. O índice subsidia pactuações na Comissão Intergestores Bipartite (CIB-

Assessoramento do estado do Paraná sobre a utilização do IVFPR

-PR) e deliberações do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS-PR).

O IVFPR valoriza o Cadastro Único como instrumento de planejamento, pois, ao utilizar suas variáveis, auxilia na caracterização de vulnerabilidades de pessoas e famílias, propicia ações de monitoramento e vigilância socioassistencial, apresentando informações de maneira territorializada e agregando os índices das famílias nas dimensões municipal e regional.

O índice foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar e demanda o uso de softwares estatísticos, computadores com acesso à internet e infraestrutura tecnológica para armazenamento e hospedagem de sistemas. Para seu uso, foram realizadas ainda ações de capacitação das equipes regionais e municipais.

Práticas Finalistas

Edição 2016

Boas Práticas na gestão do Cadastro Único de governos municipais e do Distrito Federal

Município de Araraquara - SP

Estratégias de qualificação e fortalecimento do Cadastro Único

Responsável:
Alexsandro Cesário

Visita domiciliar para distribuição de material sobre o Cadastro Único no município

Campanha de Divulgação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

A iniciativa teve início em 2010, a partir da constatação da existência de um elevado número de famílias em situação de extrema pobreza que ainda não estavam inseridas no Cadastro Único. Por meio de uma estratégia de caráter intersetorial, envolvendo as secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação, a gestão local decidiu reunir esforços para promover a divulgação do Cadastro Único no município. O marco inicial das ações foi a realização de um seminário regional sobre o Cadastro Único

e Programa Bolsa Família, em junho de 2010, para gestores e a população em geral.

A divulgação do Cadastro Único reuniu um conjunto de ações, incluindo a produção de diferentes materiais gráficos, entre cartazes, folders e banners. A estratégia buscou ainda despertar a atenção da imprensa local para potencializar a divulgação do Cadastro Único e dos programas sociais relacionados nos diversos meios de comunicação da região, como redes de TV, jornais, internet, etc.

Também compuseram a estratégia ações de busca ativa, levando a estrutura do Cadastro Único aos bairros mais distantes e pobres do município. Em parceria com as secretarias de Educação e de Saúde, foi estabelecido um cronograma de mutirões de cadastramento e atualização cadastral. Além disso, foram realizadas palestras e encontros nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) do município, na Câmara Municipal e nos conselhos municipais, levando esclarecimentos sobre o Cadastro Único, Bolsa Família e outros programas direcionados às famílias de baixa renda.

Cadastramento em posto de atendimento

Mutirão de divulgação e inclusão no Cadastro Único

Nos últimos 6 anos, foram distribuídos 10 mil folders e fixados cerca de 2 mil cartazes em pontos estratégicos, tais como escolas, postos de saúde, ônibus e terminais. Os mutirões incluíram mais de 2 mil famílias no Cadastro Único, permitindo ao município alcançar a meta de ter 100% das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza cadastradas. A aquisição dos recursos necessários se deu mediante o emprego do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M).

Município de Bela Cruz - Ceará

Estratégias de qualificação e fortalecimento do Cadastro Único

Responsáveis:
José Marcelo Prado
Isabele Caminha de Freitas

Posto de atendimento no município cearense de Bela Cruz

Acolhida Carinhosa

A prática foi desenvolvida em novembro de 2015 com o objetivo de melhorar o ambiente de trabalho nos postos de cadastramento e aprimorar o atendimento prestado às famílias. O ponto de partida foi o fato de a maior parte das pessoas que procuram o setor ser composta por mulheres que precisam levar os filhos até o posto de atendimento.

Considerando a inquietude própria das crianças nessas situações de espera, a equipe do Cadastro Único decidiu disponibilizar um espaço específico de acolhida e

Brinquedoteca do posto de atendimento de Bela Cruz (CE)

entretenimento para crianças de 2 a 6 anos no posto de atendimento. O espaço é anexo à sala de espera do Cadastro Único, permitindo às mães estar perto das crianças, ao mesmo tempo em que podem prestar as informações necessárias à entrevista.

No espaço, são desenvolvidas atividades como pintura, desenho, leitura, jogos e brincadeiras. As crianças são acompanhadas por um monitor de nível médio, contratado especificamente para esse atendimento. Uma assistente social acompanha o planejamento das atividades desenvolvidas com as famílias e crianças na sala de espera.

Nos nove meses de implantação da iniciativa, houve considerável melhora nos processos internos de trabalho e aumento da satisfação dos usuários. A prática possibilitou reduzir o tempo de espera e proporcionou um ambiente mais tranquilo para atendimento das famílias, contribuindo para a maior qualidade das informações. Aproximadamente 1.620 crianças já utilizaram o espaço de Acolhida Carinhosa.

Monitora atende crianças na brinquedoteca do posto de atendimento de Bela Cruz (CE)

Outro fator positivo é o baixo custo de execução da prática. A gestão municipal fez a adequação do espaço físico, que recebeu ambientação colorida e criativa, além de dois conjuntos de mesa e cadeiras infantis, uma TV e um DVD. Também foram adquiridos livros de histórias infantis, brinquedos, jogos, fantoches, livros de colorir, lápis de cor e massa de modelar. Os materiais são renovados mensalmente, conforme a necessidade, utilizando recursos do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M).

Município de Santarém - Pará

Estratégias de qualificação e fortalecimento do Cadastro Único

Responsáveis:
Zuíla de Nazaré Oliveira Lobato Wanghon
Aline Jesus de Carli

Idoso adquire a Carteira do Idoso no Centro de Atendimento Social – CAS I de Santarém (PA)

CAS – Centro de Atendimento Social

A prática foi implementada pela gestão municipal com o objetivo de facilitar o acesso da população de baixa renda ao Cadastro Único e a outros serviços socioassistenciais. Em contato com as diferentes comunidades rurais e Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs), os gestores concluíram que a oferta dos serviços em locais diferentes obrigava os cidadãos a fazerem muitos deslocamentos, o que inviabilizava a inserção das famílias no Cadastro Único e em todos os serviços disponíveis.

Expedição de Registro Geral (RG) no Centro de Atendimento Social – CAS I de Santarém (PA)

Diante desse quadro, em 2014, foram criados os Centros de Atendimento Social CAS I e CAS II, que funcionam como postos de atendimento do Cadastro Único e de encaminhamento para uma série de outros serviços, como atendimento com assistente social, emissão da Carteira do Idoso, emissão de documentação civil, inserção no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Projovem, sala do microempreendedor, destinada a fornecer orientações a pessoas interessadas em abrir um negócio, etc.

Os centros contam com brinquedotecas e oferecem alimentação por meio de uma "mesa humanizada", que disponibiliza serviço de café da manhã. No CAS II está instalado ainda um restaurante popular que fornece em média 700 refeições por dia. Além disso, parcerias realizadas com a Secretaria Municipal de Saúde e com a Secretaria Municipal de Trânsito permitem a emissão do Cartão SUS e do Passe Livre.

No Centro de Atendimento Social CAS I, há uma agência da Caixa Econômica Federal, que possibilita atendi-

Sede do Centro de Atendimento Social – CAS II, em frente ao Porto de Santarém (PA)

mento prioritário aos beneficiários do Programa Bolsa Família. Os CAS I e II também integram a operacionalização do Projeto Maromba, que atende as comunidades rurais, através de busca ativa para oferta de serviços socioassistenciais e intersetoriais.

A criação dos CAS possibilitou a concentração da rede de serviços em um único espaço, aperfeiçoou os processos de trabalho, aprimorou a oferta dos serviços e ampliou seus atendimentos para aproximadamente 400 pessoas diariamente. Desde a implantação, mais de 88 mil pessoas já foram atendidas por algum serviço ofertado nas instalações dos CAS. Os profissionais têm como foco prestar um atendimento completo, de qualidade e que garanta direitos à população de baixa renda.

Município de Araraquara - SP

Uso do Cadastro Único para desenvolvimento de políticas públicas

Responsável:
Alexsandro Cesário

Cadastramentos são realizados em posto de atendimento de Araraquara (SP)

Criação e Vinculação de Benefícios Sociais do Município ao Cadastro Único

A prática teve início a partir da constatação, pela gestão municipal, de que o município poderia criar e implementar benefícios sociais destinados à população de baixa renda. O público-alvo seriam as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza inseridas no Cadastro Único com informações atualizadas.

Em sua origem, no ano de 2013, foi definida a criação dos seguintes benefícios sociais: isenção das taxas de

inscrições em concursos públicos municipais, isenção e remissão do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e de desconto nas contas de água. Para implementação desses benefícios, a gestão do Cadastro Único trabalhou a estratégia de sensibilização, esclarecimento e articulação junto aos secretários municipais, ao prefeito e ao Legislativo local para possibilitar a edição de leis municipais.

A isenção da taxa de concursos públicos municipais foi sancionada pela Lei n° 8.008, de 15 de agosto de 2013, e a isenção e remissão do IPTU foi estabelecida pela Lei Complementar n° 845, sancionada em 4 de novembro de 2013.

No ano de 2015, novos contatos e entendimentos foram realizados com o prefeito municipal, com o superintendente do Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara e com os vereadores, visando à criação do benefício de concessão de desconto na Taxa de Resíduos Sólidos. Assim, a Lei Municipal n° 8.556, de 09 de

Setor de conferência e digitação de cadastros no posto de atendimento de Araraquara (SP)

Reunião entre a gestão municipal e o Departamento Autônomo de Água e Esgotos

outubro de 2015, estabeleceu no município a "Categoria de Residencial Social", com benefício de redução de até 40% do valor da Taxa de Resíduos Sólidos na conta de água das famílias inscritas no Cadastro Único no município.

O impacto da prática para a gestão do Cadastro Único foi positiva, especialmente na Taxa de Atualização Cadastral, uma vez que as famílias perceberam a importância da atualização periódica. Aproximadamente 5 mil famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, incluídas no Cadastro Único, foram contempladas com os novos benefícios sociais criados pelo município.

Município de Limeira - SP

Uso do Cadastro Único para desenvolvimento de políticas públicas

Responsáveis:
Vanessa Cristina Godoy Barichello
Virgílio Paulo da Silva Alves

Aula para turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Centro Comunitário Degan

Projeto Mãos Dadas

A prática teve início em 2015, a partir de uma parceria entre o Centro de Promoção Social Municipal (Ceprosom), autarquia municipal responsável pela Política de Assistência Social, e a Secretaria Municipal de Educação. A iniciativa reúne um conjunto de ações que tem por objetivo alcançar famílias com membros entre 15 e 59 anos e que não tenham concluído o 4° ano do ensino fundamental.

Inicialmente, a gestão municipal elaborou um diagnóstico para identificar os territórios prioritários e as famílias que seriam o público-alvo do projeto, a partir das escolas que obtiveram notas baixas (igual ou inferior a cinco) no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2013. Sete escolas encontravam-se nesta situação. Identificados os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) nessas áreas, o Cadastro Único foi utilizado para identificar as famílias que viviam em situação de extrema pobreza e pobreza e que possuíam membros dentro do perfil do projeto. A análise final apontou o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Casa das Famílias como prioritário para a intervenção.

Com o diagnóstico, as ações foram iniciadas. Foi empregada a estratégia de busca ativa, por meio do envio de mala-direta, carta, mensagem de texto por celular e contatos telefônicos, solicitando a presença das famílias em datas pré-determinadas nos CRAS. As famílias que não atenderam aos chamados receberam visitas domiciliares. Elas foram orientadas sobre garantia de diretos, entre outros temas, e foram incentivadas a procurar a Educação para Jovens e Adultos (EJA).

Curso de corte e costura ofertado a famílias de baixa renda no Centro Comunitário Degan em Limeira (SP)

CRAS Casa das Famílias, território focal do Projeto Mãos Dadas em Limeira (SP)

A intervenção no território do CRAS Casa das Famílias resultou na implantação de uma sala de EJA com 27 participantes. Houve melhora do IDEB das escolas deste território: Escola Aracy Nogueira Guimaraes (IDEB 4,8 em 2013 e 5,6 em 2015) e Escola Maria Aparecida De Luca Moore (IDEB 4,9 em 2013, e 6,3 em 2015). A segunda etapa do projeto está em andamento e replicará a estratégia no CRAS Dores, segundo território de maior vulnerabilidade social no município.

Município de Porto Seguro - BA

Uso do Cadastro Único para desenvolvimento de políticas públicas

Responsáveis:
Carmozina Maria da Cruz Neta
Janaina Santos Silva

Jovens recebem orientações sobre o programa de aprendizagem na Casa do Trabalhador

Casa do Trabalhador e Programa Municipal de Qualificação Profissional – Qualifica Porto

A prática foi criada com o objetivo de promover uma política de capacitação, emprego e renda para a população de baixa renda inserida no Cadastro Único. As ações têm foco na inserção no mercado de trabalho, por meio da oferta de cursos e oficinas de qualificação profissional, orientação, acesso ao microcrédito, estímulo à formalização para o Microempreendedor Individual (MEI) e fomento à economia solidária.

Curso preparatório do programa de aprendizagem na Casa do Trabalhador de Porto Seguro (BA)

As atividades são desenvolvidas pelo Programa Qualifica Porto Seguro. Os cursos se dividem em duas etapas. Na primeira, com carga horária de 40 horas, o programa compreende noções de matemática, ortografia, redação e informática. Na segunda etapa, também de 40 horas, são oferecidos cursos operacionais de assistente administrativo, financeiro, departamento pessoal, marketing pessoal e oficinas complementares de quatro horas, referentes a entrevistas de trabalho, recepção, atendimento ao cliente e artesanato. Também são ofertados cursos para formação de jovens aprendizes. Para participar das capacitações, é necessário estar inserido no Cadastro Único. Ao todo, já foram formados cerca de 600 alunos.

Articulada ao Programa Qualifica Porto, a Casa do Trabalhador, inaugurada em 2015, é responsável pela intermediação de mão de obra, por meio da recolocação de microempreendedores individuais com a facilitação do acesso ao microcrédito produtivo, inserção de jovens aprendizes no mercado do trabalho, captação de vagas e encaminhamento dos profissionais desempregados inscritos no Cadastro Único. Além disso, os técnicos da

Jovem é cadastrada como aprendiz na Casa do Trabalhador de Porto Seguro (BA)

Casa do Trabalhador acompanham os profissionais em todas as etapas de inserção no mercado de trabalho, estimulando aqueles que são beneficiários de programas de transferência de renda a voluntariamente solicitar o desligamento provisório do benefício social enquanto estiverem trabalhando formalmente.

A prática, especialmente nos cursos ofertados, é financiada por meio de reversão de multas aplicadas pelo Ministério Público do Trabalho a empresas locais. Também são utilizados recursos do IGD-M. A alimentação fornecida para os alunos dos cursos e famílias que frequentam a Casa do Trabalhador é adquirida via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Município
Belo Horizonte - MG

Cadastro Único e diversidade social

Responsáveis:

Marcelo Alves Mourão

Nívia Soares da Silva

Cadastramento é realizado em posto de atendimento de Belo Horizonte (MG)

Atualização Cadastral das Pessoas em Situação de Rua Pela via da Política de Segurança Alimentar e Nutricional – Uma Estratégia de Inclusão Social e Garantia de Direitos

A prática surgiu em 2011, com o objetivo de resgatar a cidadania, garantir direitos e promover a emancipação da população em situação de rua, que tem uma difícil perspectiva de transposição social.

Restaurante Popular serve centenas de refeições em Belo Horizonte (MG)

Ao avaliar a realidade dessa população, a equipe da gestão municipal identificou problemas de segurança alimentar, com violação do direito à alimentação adequada. A assistência alimentar se tornou o ponto central do projeto, resultando na criação de um grupo de trabalho específico.

Em diálogo com entidades da sociedade civil, o Grupo de Trabalho da Segurança Alimentar e Nutricional identificou que a alimentação até então ofertada às pessoas em situação de rua em Belo Horizonte era pontual e irregular, por meio de trabalho voluntário. Uma alternativa para resolver a situação foi a oferta de alimentação nas sedes das entidades e a definição de critérios para a identificação dos usuários e seu acesso à alimentação gratuita nos restaurantes populares.

Foi regulamentado o direito das pessoas em situação de rua a refeições gratuitas fornecidas pelos restaurantes populares, condicionada à inserção no Cadastro Único. Foram estabelecidos ainda fluxos operacionais intersetoriais, visando à identificação, localização e encaminhamento dessas pessoas pela rede de serviços socioas-

Atendimento no Restaurante Popular de Belo Horizonte (MG)

sistenciais de proteção social especial de média e alta complexidade.

Os serviços de Abordagem Social encaminham formalmente os usuários às Gerências Regionais de Programas de Transferência de Renda, responsáveis pela inclusão e/ou atualização no Cadastro Único. Uma vez cadastradas, as pessoas em situação de rua recebem o comprovante de gratuidade para alimentação que deve ser apresentado nos Restaurantes Populares, devendo ser renovados semestralmente.

Com as ações, o número de pessoas em situação de rua inseridas no Cadastro Único passou de 982, em 2011, para 4.912 em 2016. O acesso aos equipamentos públicos, às políticas e à rede de proteção social gerou impactos positivos na identificação, cadastro e inserção dessa população, com uma evolução de mais de 1.000% no Cadastro Único. A prática é financiada com recursos do Tesouro municipal. As contratações dos entrevistadores sociais são custeadas com recursos do IGD-M.

Município Horizonte - CE

Cadastro Único e diversidade social

Responsáveis:

Emilenia de Carvalho Lima

Ana Paula Cristóvão da Silva

Sede do Núcleo de Promoção das Políticas de Igualdade Racial no Quilombo Alto Alegre

Não Nego Minha Raça – CadQuilombola

A prática começa em 2015, como uma ação intersetorial da rede de atendimento descentralizado às famílias quilombolas da comunidade de Alto Alegre, com o objetivo de incluir, atualizar e garantir atenção continuada e diferenciada aos beneficiários do Programa Bolsa Família nesta comunidade.

No mesmo ano, foi implementado no território quilombola de Alto Alegre o Núcleo de Promoção das Políticas de Igualdade Racial. Nesse equipamento, é ofertada uma série de ações, entre elas, atendimento individualizado às famílias inscritas no Cadastro Único, para ga-

rantir soluções às demandas apresentadas pela comunidade, e o Fórum Permanente de Ações Afirmativas, que busca discutir temáticas sobre o Cadastro Único e diversidade, território e participação. Além disso, diariamente, uma equipe técnica permanece na comunidade realizando atendimentos e busca ativa, com uma média de atendimento semanal de 80 famílias.

A prática também conta com articulações e parcerias. O Centro Cultural "Nego Cazuza" promove atividades culturais com as famílias quilombolas. Já a Associação dos Remanescentes dos Quilombos de Alto Alegre e Adjacências divulga as ações e mobiliza as famílias a participar da prática em suas reuniões com a comunidade.

A prática promove a participação direta da comunidade na elaboração dos temas dos fóruns permanentes, o que permitiu a criação do primeiro Conselho Municipal de Promoção da Política de Igualdade de Horizonte. O diálogo sobre temas relevantes para a comunidade possibilita ampliar o olhar para a diversidade e direitos. Assim,

Atualização cadastral no Núcleo de Promoção das Políticas de Igualdade Racial de Horizonte (CE)

Moradores participam de aula de capoeira no CRAS Quilombola Alto Alegre de Horizonte (CE)

demandas e vulnerabilidades antes não observadas passam a ser objeto de intervenção.

Entre os resultados, está o crescimento do número de famílias inscritas no Cadastro Único, que chegou a 14.922; aumento do número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que chegou a 5.777; redução do número de famílias em descumprimento de condicionalidades, apenas 53; e um quantitativo considerável de famílias participando das oficinas de inclusão produtiva na comunidade, que chega a 79. A execução da prática é financiada com recursos próprios e do IGD-M.

Município
Muaná - PA

Cadastro Único e diversidade social

Responsáveis:

Kewin Katy Pyles

Eliane Farias de Miranda

Embarcação transporta a equipe do Porto de Muaná (PA) até a comunidade

Equipe Itinerante: 28 de Maio no Território das Águas

A prática começa em 2014, a fim de expandir a política de proteção social, tendo por base a diretriz da territorialização da rede de Assistência Social. Inicialmente, a equipe elaborou um diagnóstico de cada localidade do município, por meio de mapeamento socioterritorial georreferenciado. Durante um ano, a equipe percorreu o território, apresentando à população ações e serviços a serem desenvolvidos. Em seguida, foi elaborado um perfil de cada comunidade, com levantamento de demandas para futuras intervenções. A terceira etapa consis-

Ação Itinerante na zona rural do Atuá em Muaná (PA)

tiu no desenvolvimento de ações direcionadas aos perfis das comunidades.

A prática é composta por cursos, capacitações, serviços, palestras, incentivo à geração de renda na cadeia produtiva de pesca e da agricultura familiar, visitas domiciliares, atendimento e acompanhamento familiar, reuniões com a comunidade e com os parceiros locais, campanhas educativas, visitas institucionais, entre outros.

O roteiro das atividades in loco começa com a chegada da equipe à comunidade, após viagem de barco. Ao amanhecer, é feita uma reunião junto às lideranças locais, reforçando os objetivos. Na sequência, ocorrem os atendimentos à comunidade, com ênfase em temas como Cadastro Único, Política de Proteção Social, Bolsa Família, Sistema de Defesa Social e combate à violência.

Às crianças de 3 a 6 anos são ofertadas atividades socioeducativas, como pintura, jogos, contação de histórias, etc. Outra atividade central é a busca ativa, tendo como

Usuários são cadastrados em posto de atendimento em Muaná (PA)

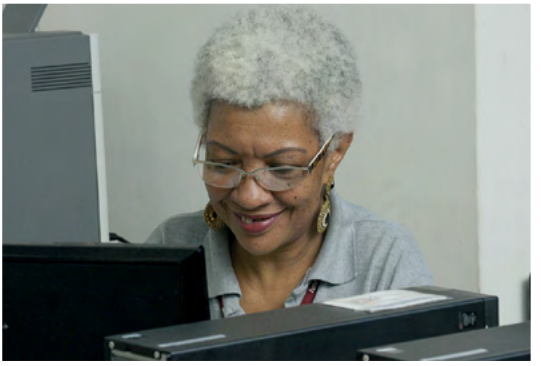
foco as ações de revisão e averiguação cadastral, novas inclusões e atualizações do Cadastro Único, entre outros.

Entre os resultados, está o diagnóstico socioterritorial de 7 polos; visitas a todas as regiões do município, com cobertura de 100% do território; atendimento de 3 mil pessoas e cerca de 30 palestras. Foi iniciada a construção do mapa georreferenciado do território municipal, tendo sido concluído em 50%. Além disso, foram articuladas parcerias com o Conselho Tutelar, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Secretarias de Educação, Saúde, Agricultura e Pesca, resultando, por exemplo, em dois projetos de incentivo à agricultura familiar e à pesca artesanal que atendem 130 famílias.

Entrevistadores Finalistas

Edição 2016

Entrevistador Destaque do Cadastro Único de governos municipais ou do Distrito Federal



Ação Social
Cadastro
Único

Família
Único

Ação Social
Cadastro
Único

Entrevistador Daniel se prepara para visita domiciliar em Monte Carmelo (MG)

Daniel Dias

Monte Carmelo - MG

Reconhecido pela dedicação ao trabalho e atendimento cuidadoso, Daniel soma 15 anos de experiência como entrevistador do Cadastro Único. É considerado uma referência no assunto entre os colegas e até para os municípios vizinhos. No dia a dia, propõe melhorias na gestão do Cadastro Único e informa sempre que verifica qualquer inconformidade. Quando visita as famílias, faz questão de orientá-las com informações em linguagem simples. A mesma atenção é dispensada aos colegas, que têm nele alguém disponível para tirar dúvidas e ensinar sobre o Cadastro Único.

Entrevistador Evailson apresenta o arquivo do Cadastro Único de Boa Vista do Tupim (BA)

Evailson Santos

Boa Vista do Tupim - BA

Na função de entrevistador do Cadastro Único há 3 anos e 6 meses, Evailson tem como motivação diária a oportunidade de ajudar as pessoas. "As famílias não vão procurar o Cadastro Único porque querem, mas sim porque precisam", afirma. Ele realiza em média 50 entrevistas por semana. Na zona rural, chega a percorrer 70 quilômetros para cadastrar famílias e atualizar dados. Na definição de quem conhece Evailson, ele é um entrevistador paciente, interessado, assíduo e correto, que pauta seu trabalho pelo respeito às famílias.

Entrevistadora Lucélia em visita domiciliar no município de Várzea (PB)

Lucélia Araújo

Várzea - PB

Lucélia acumula 6 anos de experiência como entrevistadora, período em que se tornou a principal referência do Cadastro Único no município. Ao longo do tempo, adquiriu domínio da ferramenta e habilidade nas relações com as famílias atendidas. Para ela, o contato com os entrevistados é a parte mais gratificante do trabalho, pois lhe permite conhecer a realidade das famílias e se sentir útil na concretização das políticas públicas. Dedicada e perfeccionista, teve papel fundamental na atualização das informações do Cadastro Único na cidade.

Entrevistador Marllown apresenta o arquivo do Cadastro Único de João Pessoa (PB)

Marllown Barbosa

João Pessoa - PB

Marllown vê no trabalho a possibilidade de transformar a vida das pessoas. Há 6 anos atuando como entrevistador do Cadastro Único, é descrito pelos colegas como comprometido, responsável e sempre disposto a ajudar. Habilidoso em mediar conflitos, costuma acalmar usuários exaltados. Tal característica faz com que muitas pessoas insistam em ser atendidas por ele novamente. Quem trabalha com Marllown garante que ele faz a diferença no atendimento do Cadastro Único no município.

Entrevistadora Regina se prepara para vista domiciliar no município de São Paulo (SP)

Regina Rocha

São Paulo - SP

O trabalho no Cadastro Único começou há 7 anos. Hoje, Regina é uma das entrevistadoras mais antigas do município. Membro da equipe volante, já atuou cadastrando pessoas em situação de rua, refugiados, indígenas e catadores de material reciclável, entre outros. Ao todo, fez mais de 6 mil entrevistas voltadas à inclusão e atualização cadastral. Proativa, comprometida e rápida na solução de problemas, é chamada sempre que surge alguma "missão impossível" no atendimento volante do Cadastro Único.

GOVERNO FEDERAL

Presidente da República
Michel Temer

Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário
Osmar Terra

Secretário Executivo
Alberto Beltrame

Secretária Nacional de Assistência Social
Maria do Carmo Brant de Carvalho

Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Caio Rocha

Secretária Nacional para Superação da Extrema Pobreza
Elisabete Ferrarezi

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação
Vinícius de Oliveira Botelho

Secretário Nacional de Renda de Cidadania
Tiago Falcão

Secretário Adjunto Substituto de Renda de Cidadania
Walter Shigueru Emura

Diretora do Departamento do Cadastro Único
Maria Alice Melo de Araújo

Diretor do Departamento de Operação
Celso Lourenço Moreira Corrêa

Diretor do Departamento de Condicionalidades
Eduardo da Silva Pereira

Diretor do Departamento de Benefícios
Walter Shigueru Emura

FICHA TÉCNICA

Coordenação Editorial
Assessoria de Comunicação Social/MDSA

Coordenação de Conteúdo
Ana Gabriela Filippi Sambiase
Keli Rodrigues de Andrade

Coordenação Técnica
Ana Gabriela Filippi Sambiase
Juciara Diniz
Keli Rodrigues de Andrade

Diagramação
Hugo Pereira

Projeto Gráfico e Capa
Jonatas Bonach

Revisão
Débora Cruz

Fotografia e Edição de Imagem
Traço Leal Publicidade

PRÊMIO ROSANI CUNHA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL: EDIÇÃO ESPECIAL - CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

Organização
Ana Gabriela Filippi Sambiase
Bruna Barreto Bastos
Jaqueline Alves Bezerra
Juciara Diniz
Keli Rodrigues de Andrade
Laís Maranhão
Maria Carolina Prado Lage
Marina Carvalho de Lorenzo
Paula Pompeu Fiuza Lima
Sérgio Moraes
Silvania Freire de Queiroz
Sheila Benjuino de Carvalho
Solange Teixeira

Sistema de Inscrições e Avaliação
Caio Nakashima
Davi Lopes
Murilo Mascarenhas

COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS

Etapa de Validação
Ana Gabriela Filippi Sambiase | Bruna Barreto Bastos | Juciara Mônica Diniz Keli Rodrigues de Andrade | Paula Pompeu

Etapa de Avaliação
Ana Carolina Quintanilha | Ana Gabriela Filippi Sambiase | Bruna Barreto Bastos Cinthia Durães Vargas | Daniela Spinelli Arsky | Denise do Carmo Direito | Érick Brigante Del Porto | Fernando Eleto | Flávia Helena Saraiva Xerez | Iara Azevedo Vitelli Viana | Iara Monteiro Attuch | Ivan Castro de Almeida | Jeniffer Carla de Paula | José Ricardo Alves Juciara Diniz | Juliana França Varella | Keli Rodrigues de Andrade | Laís Maranhão Larissa Sobral Lourenço | Luiza Lobato Andrade | Luciana Alves de Oliveira | Luciana Zumba Seabra | Maria Carolina Prado Lage | Mateus Donato Amorim de Araujo | Natália Giovanna Marson | Natália Giovanna Marson | Natália Maria Leitão de Melo | Paula Pompeu Fiuza Lima | Pedro Eduardo de Oliveira Silva Neto | Roberta Pelella Melega Cortizo | Solange Teixeira

Visitas Técnicas às Práticas Finalistas
Ana Carolina Quintanilha | Ana Gabriela Filippi Sambiase | Bruna Barreto Bastos Cinthia Durães Vargas | Denise do Carmo Direito | Iara Azevedo Vitelli Viana | Iara Monteiro Attuch | Ivan Castro de Almeida | Jeniffer Carla de Paula | José Ricardo Alves | Juciara Diniz | Keli Rodrigues de Andrade | Laís Maranhão Larissa Sobral Lourenço | Luiza Lobato

Andrade | Luciana Zumba Seabra | Maria Carolina Prado Lage | Mateus Donato Amorim de Araujo | Natália Giovanna Marson | Natália Maria Leitão de Melo | Paula Pompeu Fiuza Lima | Pedro Eduardo de Oliveira Silva Neto

Visitas Técnicas aos Entrevistadores e Entrevistadoras Finalistas
Ana Gabriela Filippi Sambiase | Bruna Barreto Bastos | Juciara Diniz | Keli Rodrigues de Andrade | Laís Maranhão | Larissa Sobral Lourenço | Paula Pompeu Fiuza Lima | Liomar Leite de Morais Lima | Gabriela Braga Gerin | Diego Luiz Souza Martins

Comissão Julgadora
Sérgio Ricardo Ischiara
Fábio Moassab Bruni
Franco César Bernardes
Hérika Lima Fontenele
Israel Luiz Stal
Lilian dos Santos Rahal
Vanda Anselmo Braga dos Santos
Vitor Azevedo Pereira
Walter Emura

Moderação Comissão Julgadora
Elaine Cristina Licio

Esta obra foi impressa pela Imprensa Nacional
SIG, Quadra 6, Lote 800
70610-460 - Brasília-DF

Cadastro Único

Conhecer para incluir

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E AGRÁRIO

BRASIL
GOVERNO FEDERAL